



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	20 Julho	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	



Soares na conferência de Imprensa
Satisfeito com «perfil de independência»

Nomeação de Lurdes Pintasilgo faz evoluir opinião de Soares

Interrogado, ontem de manhã, por «O Jornal» sobre qual será o comportamento do seu partido face ao anunciado governo de gestão, Mário Soares diria que Maria de Lurdes Pintasilgo «corresponde ao perfil de independência que o PS define, mas o grupo parlamentar decidirá.»

Esta declaração foi feita em conferência de Imprensa na sala da biblioteca do Palácio de S. Bento, ocupada pelo grupo parlamentar socialista e repleta não só de jornalistas como de alguns políticos mais em evidência do seu partido.

Para muitos deles, sobretudo para os que terça-feira à noite estiveram presentes na reunião da comissão directiva do PS, o tom de tal declaração constituiu uma surpresa.

A disposição de Mário Soares, após a decisão de Eanes enveredar pela iniciativa de promover um governo de gestão, era no sentido de «guerrear» qualquer gabinete desse tipo, com a mesma aplicação do que acontecera quando do Governo de Nobre da Costa. Numa primeira fase, Mário Soares desejou mesmo a realização de manifestações para protestar contra a decisão do Presidente da República.

Porém, o facto de o Primeiro-Ministro escolhido ser Maria de Lurdes Pintasilgo, não somente porque é uma personalidade de uma área progresista moderada, mas porque é uma pessoa com quem o dr. Mário Soares há muito mantém relações de amizade, terá refreado a disposição do secretário-Geral do PS.

Maria de Lurdes Pintasilgo, aliás, não tomou a decisão da aceitação antes de visitar Mário Soares na sede da Rua da Emenda (visita que não acontecia, de resto, pela primeira vez).

O «ajuste de contas» de Mário Soares para com Eanes (interrompendo um tempo de bonança marcado inclusivamente por alguns encontros privados não referidos pela Imprensa) acabou por se traduzir num comunicado aprovado na última reunião da comissão directiva do PS, e que é, na sua totalidade, uma crítica às decisões presidenciais.

Esse documento, intitulado «Em defesa do regime democrático consagrado na Constituição», foi redigido na sua forma final por António Reis, após discussão com Jorge Sampaio e Vítor Constâncio.

Al se procuram, de resto, apontar já caminhos para depois das eleições:

«Esgotada, porém, após as próximas eleições intercalares, a hipótese da dissolução da Assembleia, e fracassadas as experiências dos governos presidenciais, o Presidente não poderá então articular o seu mandato com o da nova Assembleia, sem rever substancialmente a sua abstracta teoria dos requisitos políticos necessários à sua confiança no Governo, caso se mantenha a

impossibilidade de alianças inter-partidárias com expressão maioritária.

O PS entende, com efeito, residir nesta questão a raiz das sucessivas crises governativas por que vem sendo responsável o Presidente da República, desde o momento em que precipitou a queda do II Governo Constitucional.»

Tal documento termina dizendo que «o PS vencerá uma vez mais as eleições para desta feita, governar mesmo Portugal». Na comissão directiva este documento foi discutido (tendo havido queixas por não haver cópias individuais para os participantes), apenas não tendo sido aprovado por Eduardo Pereira, interpelado, de resto, por Mário Soares em termos reveladores de alguma dureza.

Fora isso, o fim da «trégua» com Eanes revelar-se-ia na insistência da discussão da Lei da Amnistia na Assembleia da República, agendada para o próximo dia 24.

Na referida reunião da comissão directiva, para além da discussão daquele documento, foi já tratada a questão da preparação da campanha eleitoral a qual, contudo, deve ser objecto de uma outra sessão (talvez na próxima semana).

Assinale-se, aliás que, com a antevisão das eleições, começam já a ser detectáveis movimentações ao nível das diversas correntes do PS, cada personalidade ou «grupo» tentando obter uma colocação para as suas «pedras».

Uma outra questão que aflorou na reunião da comissão directiva foi a das competências, com a discussão do problema (polémico) do estatuto daquele órgão, pouco interessado em ceder terreno ao secretariado.

Finalmente, foi abordada a questão da posição face ao governo de gestão. A comissão directiva deverá apreciar, na próxima reunião, uma recomendação ao grupo parlamentar, sobre a votação final, sendo a tendência para facilitar a vida a Maria de Lurdes Pintasilgo. De resto, a existência de um governo com um Primeiro-Ministro de tendência socialista não terá só as desvantagens resultantes de uma atitude pouco crítica, mas também as vantagens de um regresso (ainda que indirecto e mitigado) à área do poder, pensam dirigentes do PS.

C.M.